

**Aprovo,**-----  
Paulo Pereira  
Presidente**CONVITE****AJUSTE DIRETO REF.ª 11/000/A/535\_2025**

Exmos. Senhores,

Vimos pelo presente, ao abrigo do n.º 2 do artigo 112.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), convidar a Vossa Empresa a apresentar proposta para o fornecimento de:

- **SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE MENTORIA PARA ESTUDANTES DESLOCADOS ALOJADOS EM RESIDÊNCIAS DOS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DO P.PORTO, NO ÂMBITO DO 4BEST**

**1. ENTIDADE ADJUDICANTE**

Instituto Politécnico do Porto, sito na Rua Dr. Roberto Frias, n.º 712, 4200-465 Porto.  
Telefone n.º 225 571 000, fax n.º 225 020 772 e endereço eletrónico [centralcompras@sc.ipp.pt](mailto:centralcompras@sc.ipp.pt).

**2. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

O Senhor Vice-Presidente do Instituto Politécnico do Porto, Fernando José Malheiro de Magalhães, em substituição do Senhor Presidente do Instituto Politécnico do Porto, nos termos do Despacho n.º 4991/2022, publicado no Diário da República n.º 81, II Série, de 27/04, entidade competente para autorizar a despesa, no uso de competência própria, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 17.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho.

**3. PROCEDIMENTO ESCOLHIDO**

Ajuste Direto, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

**4. DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO AO PROCEDIMENTO**

O presente procedimento será efetuado por meio eletrónico de fornecimento das peças e de apresentação das propostas, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, acessível no sítio eletrónico "[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)".

**5. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ELETRÓNICA**

- a) A data-limite de entrega de propostas é até às **23h59m do 6.º dia consecutivo**, sendo este prazo contado a partir do dia seguinte ao envio do presente convite através da plataforma eletrónica referida no ponto 4.

- b) A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanha deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico "[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)".
- c) Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto nas alíneas anteriores, a sua apresentação deverá respeitar o previsto no n.º 5 do art.º 62º do CCP.
- d) São consideradas nulas e de nenhum efeito quaisquer reservas ou condicionantes feitos por um concorrente em quaisquer documentos que integram as propostas.

## **6. ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS**

- a) Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser solicitados por escrito, através da Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
- b) Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados por escrito, pelo Instituto Politécnico do Porto, através da Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
- c) Os esclarecimentos e as retificações referidos nas alíneas anteriores serão disponibilizados pelo Instituto Politécnico do Porto e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os interessados e publicitado na Plataforma Eletrónica de Contratação acinGov, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
- d) Os esclarecimentos e as retificações referidos nas alíneas a) a c) fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **7. ERROS E OMISSÕES**

- a) Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao Instituto Politécnico do Porto, através da plataforma acinGov, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados.
- b) A lista com a identificação dos erros e das omissões detetados, bem como a decisão prevista na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, será junta às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados, através da plataforma acinGov.

## **8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

- 8.1 De acordo com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar declaração do Anexo I ao CCP (Anexo I do presente convite), a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

- 8.2 Declaração das Entidades Especialmente Relacionadas conforme definido no n.º 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos (Anexo II do presente convite).
- 8.3 De acordo com a alínea b) do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar os documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
- a) Proposta do preço global, em numerário e por extenso, conforme o modelo constante do **Anexo III** do presente Convite. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA.
  - b) Nota justificativa do preço contratual proposto;
  - c) Na proposta, o concorrente deve indicar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, o preço para cada uma das oito etapas e o preço total da prestação de serviços objeto do procedimento;
  - d) Documento indicando a constituição nominativa da equipa a afetar ao serviço, constituída pelo número mínimo de 6 (seis) técnicos com formação na área da psicologia e educação, anexando:
    - i. Comprovativo das habilitações profissionais específicas dos técnicos de nível superior – de cada um dos membros da equipa;
    - ii. Currículo de cada um dos elementos da equipa, com um máximo de quatro páginas A4 por cada elemento da equipa;
    - iii. Certificados de competência pedagógica – CCP de cada um dos técnicos a afetar ao serviço.
  - e) Quaisquer outros elementos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta.
- 8.3.1. Tratando-se de uma proposta com um preço anormalmente baixo, como tal definida no art.º 71.º do CCP, o concorrente terá que apresentar documentação que contenha os esclarecimentos justificativos, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.
- 8.3.2 Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 8.3.3 A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
- 8.3.4. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 8.4. A proposta, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, podendo o concorrente verificar as entidades certificadoras credenciadas junto do Gabinete

Nacional de Segurança (no sítio <https://www.gns.gov.pt/trusted-lists.aspx>, na listagem "Trusted List"). As assinaturas deverão ser identificadas, de forma legível, com os nomes a quem pertencem e da qualidade em que são feitas.

Quando o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

## **9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO E PRAZO DE ENTREGA**

- a) O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 3 dias, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
  - i. Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente convite (cf. Anexo II do CCP)
  - ii. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no art.º 83.º-A do CCP.
  - iii. Certidão de Registo Comercial ou documento legalmente equivalente.
  - iv. Comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela lei n.º 89/2017, de 21/08.
- b) O adjudicatário deve apresentar através da plataforma indicada no número 4 do presente Convite, a reprodução dos documentos de habilitação referidos na alínea anterior.
- c) No caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, o adjudicatário possui mais 3 dias, após notificação da deteção das referidas irregularidades, para supressão das mesmas.
- d) Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

## **10. PREÇO BASE DO PROCEDIMENTO**

- a) O preço base para efeitos do presente procedimento é de €15.330,00 (quinze mil, trezentos e trinta euros), valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- b) Este procedimento foi procedido de consulta preliminar, como previsto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos.

## **11. NEGOCIAÇÃO**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

## **12. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **13. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as condições por um período de 66 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

**ANEXO I**

(a que se refere o n.º 8.1. do Convite)

**Modelo de declaração – Anexo I do CCP**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo–quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO II**

(a que se refere o n.º 8.2. do Convite)

**LISTAGEM DAS ENTIDADES ESPECIALMENTE RELACIONADAS**

\_\_\_\_ (empresa)

Vimos pela presente apresentar a listagem das entidades especialmente relacionadas com

a \_\_\_\_\_ (empresa), pessoa colectiva nº

\_\_\_\_\_. Para o efeito, considerou-se como entidades especialmente relacionadas, as entidades que partilham, ainda que apenas parcialmente representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo (conforme definido no nº 6 do artigo 113º do CCP).

**Entidades:**

NIPC	Designação Social

DATA \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_

**ANEXO III**

(a que se refere a alínea a) do n.º 8.3. do Convite)

**Modelo de proposta de preço**

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ..... (firma, número de identificação fiscal, matrícula na conservatória, sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), propõe-se a executar todos os trabalhos que lhe vierem a ser adjudicados, no âmbito do procedimento de concurso para ".....", em conformidade com o Caderno de Encargos, pelo preço total contratual de ..... Euros (..... Euros), nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, discriminado da seguinte forma:

- Fase A: ..... Euros (..... Euros)
- Fase B: ..... Euros (..... Euros)
- Fase C: ..... Euros (..... Euros)

O preço contratual proposto não inclui o imposto sobre o valor acrescentado. À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que no preço contratual acima indicado estão incorporados todos os valores relativos a suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e aceites pelo dono de obra, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos.

... (local), ... (data),

... [assinatura (2)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



**ANEXO IV**

(a que se refere o ponto i. da alínea a) do n.º 9 do Convite)

**Modelo de declaração – Anexo II do CCP**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º